STJ00100183

IBRAIM ROCHA

GIROLAMO DOMENICO TRECCANI

JOSÉ HEDER BENATTI

LILIAN MENDES HABER

ROGÉRIO ARTHUR FRIZA CHAVES

MANUAL DE DIREITO AGRÁRIO CONSTITUCIONAL

LIÇÕES DE DIREITO AGROAMBIENTAL

2ª edição

Belo Horizonte

EDITORA Fórum

2015

© 2010 Editora Fórum Ltda.
2015 2ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho
Alexandre Coutinho Pagliarini
André Ramos Tavares
Carlos Ayres Britto
Carlos Mário da Silva Velloso
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cesar Augusto Guimarães Pereira
Clovis Beznos
Cristiana Fortini
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
Egon Bockmann Moreira
Emerson Gabardo
Fabrício Motta
Fernando Rossi
Flávio Henrique Unes Pereira
Floriano de Azevedo Marques Neto
Gustavo Justino de Oliveira
Inês Virgínia Prado Soares
Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Juarez Freitas
Luciano Ferraz
Lúcio Delfino
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Márcio Cammarosano
Marcos Ehrhardt Jr.
Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Ney José de Freitas
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Paulo Modesto
Romeu Felipe Bacellar Filho
Sérgio Guerra

EDITORA Fórum

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Supervisão editorial: Marcelo Belico

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

I14M Rocha, Ibraim *et al*
Manual de direito agrário constitucional: Lições de direito agroambiental \ Rocha, Ibraim ; Treccani, Girolamo Domenico ; Benatti, José Heder; Haber, Lilian Mendes ; Chaves, Rogério Arthur Friza. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

624p.
ISBN 978-85-450-0037-2

Direito Agrário. Direito Ambiental. I. Título. II. Rocha,Ibraim. III. Treccani, Girolamo Domenico. IV. Benatti, José Heder. V. Haber, Lilian Mendes. VI. Chaves, Rogério Arthur Friza.

CDD: 344.046
CDU: 349.42

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ROCHA, Ibraim *et al*. *Manual de direito agrário constitucional:* Lições de direito agroambiental. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

STJ00100183

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 19

PARTE I
NOÇÕES GERAIS DE DIREITO AGRÁRIO

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO 23

CAPÍTULO 2
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS 25

CAPÍTULO 3
DENOMINAÇÃO: AGRÁRIO X RURAL X FUNDIÁRIO 29

CAPÍTULO 4
DEFINIÇÃO, OBJETO, NATUREZA JURÍDICA E CONTEÚDO 31

CAPÍTULO 5
AUTONOMIA DO DIREITO AGRÁRIO 35
5.1 Autonomia científica e didática 37
5.2 Autonomia legislativa e jurisprudencial 40
5.3 Autonomia administrativa 44

CAPÍTULO 6
RELAÇÃO DO DIREITO AGRÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO E OUTRAS CIÊNCIAS 47

CAPÍTULO 7
FONTES 53

CAPÍTULO 8
PRINCÍPIOS GERAIS 55

PARTE II
AS POSSES

CAPÍTULO 1
AS POSSES NO DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO 63
1.1 Aspectos histórico-políticos da ocupação das terras no Brasil 63
1.2 Legislação portuguesa – Carta de Sesmaria 65
1.3 Implantação do sistema sesmarial no Brasil 66
1.3.1 Cláusulas contratuais 66
1.4 Regime de posse 67
1.5 Regime da Lei de Terras 68
1.6 Estrutura agrária na República 73
1.7 Estatuto da Terra 74

CAPÍTULO 2
SIGNIFICADO JURÍDICO DA POSSE E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO DE PROPRIEDADE 77
2.1 Etimologia da posse e posse agrária 82

CAPÍTULO 3
POSSE AGROECOLÓGICA 89
3.1 Conceito de populações tradicionais e posse agroecológica 91

CAPÍTULO 4
POSSES ÉTNICAS 99
4.1 Posse indígena 99
4.1.1 Natureza da posse indígena 99
4.1.2 Natureza jurídica da autorização do Congresso Nacional e oitiva das comunidades indígenas 102
4.1.3 Terras indígenas e julgamento da demarcação Terra Indígena Raposa do Sol – Pet nº 3.388-STF 113
4.2 Posse quilombola 124
4.2.1 Conceito de remanescentes de quilombos 126
4.2.2 Compreensão do processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos – Significado e alcance 126
4.2.3 Regime da posse quilombola e unidades de conservação 148

PARTE III
PROPRIEDADE RURAL E O SEU REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO 1
ESTRUTURA DA TERRA BRASILEIRA. CONCEITO. CARACTERÍSTICAS. IDENTIFICAÇÃO 159
1.1 As terras públicas no ordenamento brasileiro 159
1.1.1 Destinação das terras públicas 161
1.1.2 Classificação das terras públicas 161

1.1.3 As terras devolutas 162
1.1.3.1 As terras devolutas e sua dominialidade 165
1.1.4 Terreno de marinha 169
1.1.4.1 Os terrenos acrescidos de marinha 171
1.1.5 Os terrenos marginais 171
1.1.6 Terras na faixa de fronteira 172
1.1.7 Várzea – Natureza jurídica e dominialidade 174

CAPÍTULO 2
FORMAS DE ACESSO À PROPRIEDADE RURAL 179
2.1 Legitimação e regularização de posse 179
2.1.1 Distinção entre legitimação de posse e regularização de posse 181
2.1.2 Regularização fundiária na Amazônia Legal – Lei Federal nº 11.952, de 25 de junho de 2009 – Conversão da MP nº 458 de 10 de fevereiro de 2009 181
2.1.3 Limitações constitucionais da regularização fundiária 192
2.2 Colonização 194
2.3 Assentamento 194

CAPÍTULO 3
DISCRIMINATÓRIA 197
3.1 Introdução 197
3.2 Discriminatória administrativa 201
3.3 Discriminatória judicial 205

CAPÍTULO 4
ARRECADAÇÃO SUMÁRIA 207

CAPÍTULO 5
DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL 209

CAPÍTULO 6
USUCAPIÃO AGRÁRIO 215
6.1 Antecedentes históricos e definições 215
6.1.1 Antecedentes históricos 215
6.1.2 Definição 216
6.2 Evolução legislativa e modalidades 217
6.3 Tipos fundamentais de usucapião 219
6.4 Exigências legais para ter direito à usucapião especial (denominada de usucapião agrária ou *pro labore*) 221
6.5 Objetivos 223
6.6 Ação judicial – Lei nº 6.969, de 10.12.1981 223
6.7 Não podem ser objeto de usucapião 225
6.8 Usucapião coletivo de imóvel rural 227
6.8.1 Conceito 231

6.8.2 Estatuto da Cidade, interesses tutelados e meio rural 231
6.8.3 Modalidades dos interesses metaindividuais no direito brasileiro e usucapião coletivo 234
6.8.4 Modalidades de interesses metaindividuais e ação de usucapião especial coletivo – Lei nº 10.257/01 – Elementos para sua adequada compreensão 234
6.8.5 Condições da ação 236
6.8.5.1 Possibilidade jurídica da demanda 236
6.8.5.2 Carência da ação em razão das partes 237
6.8.5.3 Carência da ação em razão da causa de pedir 238
6.8.5.4 Carência da ação em razão do pedido 239
6.8.5.5 Interesse de agir 242
6.8.5.6 Legitimidade *ad causam* 243
6.8.5.6.1 Legitimidade restrita da ação de usucapião coletiva e legitimidade concorrente e disjuntiva de outros instrumentos de ação coletiva 245
6.9 Aspectos procedimentais da usucapião coletiva e formação da relação jurídica processual 246
6.9.1 Competência 248
6.9.2 Execução 249
6.10 Notas conclusivas sobre usucapião coletivo 250

CAPÍTULO 7
ESTRUTURA DA PROPRIEDADE AGROAMBIENTAL E SEU REGIME JURÍDICO 255
7.1 A função social e ecológica da propriedade privada rural como um direito fundamental e constitucional 258
7.2 A propriedade rural como elemento configurador dos mandamentos constitucionais 260

CAPÍTULO 8
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR PARTE DE ESTRANGEIROS 265
8.1 Estrangeiros 266
8.2 Modos de aquisição 266
8.2.1 Pessoa física 267
8.2.2 Pessoas jurídicas 269
8.3 Vedações legais para aquisição de propriedades por parte de estrangeiros 270

PARTE IV
LIMITAÇÕES AMBIENTAIS AO DIREITO DE PROPRIEDADE

CAPÍTULO 1
FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE 273

CAPÍTULO 2
NATUREZA JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE E DOS BENS AMBIENTAIS 279

CAPÍTULO 3
DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS AMBIENTAIS 289

CAPÍTULO 4
TOMBAMENTO 291

CAPÍTULO 5
RESERVA LEGAL (RL) 293
5.1 Imóvel rural e a reserva legal (RL) 293
5.2 Utilização 298
5.3 Localização 299
5.4 Registro da reserva legal junto ao cadastro ambiental rural 300
5.5 Percentuais de propriedade e problemas de localização 300
5.6 Recomposição de reserva legal 301
5.7 Compensação de reserva legal 301
5.8 Possibilidade de compensação de reserva legal em terras públicas 303
5.9 Áreas de preservação permanente 305

CAPÍTULO 6
ÁREA DE USO INTENSIVO 311
6.1 Imóvel rural e a área de uso intensivo (AUI) 311

CAPÍTULO 7
SERVIDÕES 313
7.1 Servidão de trânsito 313
7.2 Servidão florestal e servidão ambiental 313
7.3 Servidão minerária e servidão civil 314
7.3.1 Indenização prévia das servidões minerárias 315
7.4 Jurisprudência relacionada 317
7.4.1 Servidão minerária e civil – Institutos diferentes 317
7.4.2 Outros tipos de servidões incidentes sobre a propriedade – Servidão administrativa 318

CAPÍTULO 8
LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA PROVISÓRIA (LAP) E TERRAS RESERVADAS 321
8.1 Origem e natureza jurídica do instituto da limitação administrativa provisória e sua distinção das terras reservadas 321
8.2 Procedimentos para instituição da Limitação Administrativa Provisória e Terras Reservadas 325

CAPÍTULO 9
LIMITAÇÕES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIAS 327
9.1 Origem 327
9.2 O que significa ISO 328
9.3 Evolução 328
9.4 Como os padrões de ISO beneficiam a sociedade 328
9.5 ISO 9000 e ISO 14000 – Referência internacional 329
9.6 Onde encontrar a informação em padrões 329
9.7 Mais um pouco sobre ISO 14000 330
9.8 Dimensão da organização 330

CAPÍTULO 10
DOMÍNIO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POSSE AGROECOLÓGICA 333
10.1 Modalidades de unidade de conservação 339
10.2 Criação de unidade de conservação e populações tradicionais 346
10.2.1 Natureza jurídica do domínio das unidades de conservação e instrumento de regularização fundiária para as comunidades tradicionais 347

PARTE V
POLÍTICA AGRÍCOLA

CAPÍTULO 1
POLÍTICA AGRÍCOLA 353
1.1 Crédito rural 357
1.2 Cadastro rural 359
1.3 Imposto Territorial Rural (ITR) 361
1.3.1 Finalidades 361
1.3.2 Fato gerador e base de cálculo e alíquota 362
1.3.2.1 Fato gerador 362
1.3.2.2 Base de cálculo 364
1.3.2.3 Alíquota 365
1.3.3 Imunidades e isenções 365

PARTE VI
REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO 1
REFORMA AGRÁRIA 371
1.1 Conceito 371

CAPÍTULO 2
DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA 379
2.1 Conceito e objetivos 380

2.2 Bens objeto da desapropriação para fins de reforma agrária 381
2.3 Fase administrativa do processo de desapropriação 384
2.3.1 Vistoria 384
2.3.1.1 Vistoria e características do Manual de Obtenção de Terras do INCRA 385
2.3.2 Pagamento das TDAs 391
2.3.2.1 Pagamento da terra pelo beneficiário da reforma agrária 391
2.4 Desapropriação judicial por interesse social para fins de reforma agrária 392
2.4.1 Decreto 394
2.4.2 Requisitos e características da ação judicial 394
2.4.3 Procedimentos da instrução e julgamento 397
2.4.4 Recursos e execução 398
2.5 A justa indenização na ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária 398
2.6 Avaliação das terras – Correta metodologia – Impossibilidade de se avaliar bens naturais como um valor próprio – Independente da intervenção humana 399
2.6.1 Exclusão de espécies arbóreas e terras sem efetivo uso – Meras potencialidades não geram direitos a lucros cessantes 399
2.6.2 Exclusão de indenização de áreas cujo legislador define como fora do uso econômico – Espécies arbóreas declaradas imunes de corte – art. 45, inciso III, da Lei nº 9.985/2000 c/c Regras da Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal – Sobre as áreas de preservação permanente e reserva legal 401
2.6.3 Impossibilidade de indenização de lucros cessantes ou compensatórios de áreas sem efetivo uso econômico – Não se indeniza meras potencialidades – Somente o trabalho gera riqueza e direitos indenizáveis 407
2.7 Cálculo da indenização e incidência de juros compensatórios e de mora – Consequências da liminar da ADI nº 2.332-DF 409
2.8 Domínio e indenização 419
2.9 Notas conclusivas sobre a indenização 420
2.10 Distinções entre o pedido de decretação judicial de perda da propriedade pelo não cumprimento da função social, previsto no artigo 1.228, §4º, do CC, e usucapião coletivo 422
2.10.1 Elementos de distinção dos institutos jurídicos 424
2.11 Pedido de decretação judicial de perda da propriedade e intervenção do Poder Público 429
2.11.1 Pagamento da indenização e Poder Público 434
2.11.2 Notas conclusivas 437

CAPÍTULO 3
DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS ATRAVÉS DE PEDIDO ADMINISTRATIVO 439
3.1 Grilagem como apropriação indevida de terras públicas 439

3.2 Regime jurídico da atividade notarial e de registro e possibilidade de declaração de nulidade 445
3.3 Declaração de nulidade de registros públicos pelas corregedorias dos Tribunais De Justiça – Constitucionalidade 448
3.3.1 Ainda a suposta violação do Contraditório e da Ampla Defesa – Possibilidade de Cancelamento Administrativo de Registros Imobiliários Nulos 460
3.4 Impossibilidade da responsabilidade civil objetiva do Estado decorrente de atos privados dos notários 465

PARTE VII
CONTRATOS AGRÁRIOS

CAPÍTULO 1
CONTRATOS AGRÁRIOS 473

CAPÍTULO 2
DISTINÇÃO ENTRE CONTRATOS AGRÁRIOS E CONTRATO DE TRABALHO DE EMPREGADO RURAL 475

CAPÍTULO 3
CONTRATOS AGRÁRIOS – CONCEITO 477
3.1 Princípios gerais 479
3.1.1 Autonomia da vontade 480
3.1.2 Supremacia do interesse público 480
3.1.3 Obrigatoriedade 481
3.1.4 Boa-fé 481

CAPÍTULO 4
TIPOS DE CONTRATO AGRÁRIO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS 483
4.1 Tipos de contratos agrários 483
4.2 Características gerais dos contratos agrários 484
4.2.1 Partes que intervêm nos contratos 484
4.2.2 Informalidade 485
4.2.3 Onerosidade 487
4.2.4 Sucessividade 487
4.2.5 Comutatividade 487
4.2.6 *Intuitu personae* 487
4.3 Cláusulas obrigatórias de todos os contratos agrários (art. 13 do Decreto nº 59.566/66) 487
4.3.1 Cláusulas de indenização das benfeitorias 490
4.3.2 Cláusulas que asseguram a proteção social e econômica do trabalhador rural (Dec. nº 59.566/66 e art. 13, V, da Lei nº 4.947/66) 490
4.3.3 Extinção do contrato agrário 492

CAPÍTULO 5
ARRENDAMENTO 495
5.1 Definição 495
5.2 Características 495
5.3 Modalidades de arrendamento 497
5.3.1 Subarrendamento 497
5.4 Prorrogação do contrato e direito de preferência do arrendatário 498
5.5 Obrigações das partes do Contrato de Arrendamento 500

CAPÍTULO 6
PARCERIA RURAL 503
6.1 Visão histórica 503
6.2 Conceito de parceria rural 503
6.3 Distinção entre a parceria rural e arrendamento 504
6.4 Partes e objeto da parceria rural 505
6.5 Formas e prazo na parceria rural 505
6.6 Partilha dos rendimentos da parceria rural 506
6.7 Falsa parceria rural 507

CAPÍTULO 7
OUTROS TIPOS DE CONTRATO UTILIZADOS NO MEIO RURAL 509
7.1 Contrato de Empreitada 509
7.2 Contrato de Comodato 509
7.3 Contrato de Usufruto 509
7.4 Contrato de Pastagem ou Invernagem 510
7.5 Pastoreio 510

PARTE VIII
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL

CAPÍTULO 1
INTRODUÇÃO 513

CAPÍTULO 2
PRINCÍPIOS DO CÓDIGO FLORESTAL SOBRE A EXPLORAÇÃO FLORESTAL 517

CAPÍTULO 3
LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS – NORMA GERAL PARA OS CONTRATOS E CONCESSÕES FLORESTAIS 521
3.1 Princípios do Código Florestal e da Lei de Gestão de Florestas Públicas 524

3.2 Conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas e a sua aplicação à exploração florestal 528
3.2.1 Conceitos dos objetos da gestão florestal 529
3.2.2 Conceitos operacionais da gestão florestal 531
3.2.3 Conceitos administrativos da gestão florestal 534
3.2.4 Conceitos políticos da gestão florestal 537
3.3 Dos modelos de pactuação para a gestão de florestas públicas e privadas 540
3.3.1 Gestão direta pelo Poder Público e particulares de florestas para a produção 542
3.3.2 Gestão mediante a destinação às comunidades locais 543
3.3.3 Gestão mediante concessões florestais 549

CONCLUSÕES GERAIS 557

Referências 559

ANEXOS
ANEXO A – Direito Agroambiental na Constituição Federal 573
ANEXO B – Questões de Concursos 575